



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 17 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 1 de março de 2012

VALOR ECONÔMICO Especialistas defendem gestão privada em portos VEICULAÇÃO NACIONAL	1
VALOR ECONÔMICO Emergentes querem o comando da OMC VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO Especialistas defendem gestão privada em portos VEICULAÇÃO NACIONAL	4
JORNAL DO SENADO Zona Franca de Manaus completa 45 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	5
AGÊNCIA SENADO Senado aprova compensação a estados e municípios por exportações VEICULAÇÃO NACIONAL	6
AGÊNCIA SENADO Sarney garante prioridade para previdência complementar dos servidores VEICULAÇÃO NACIONAL	7
AGÊNCIA SENADO Jucá anuncia realização de audiências públicas para debater ICMS sobre importados VEICULAÇÃO NACIONAL	8
ESTADAO.COM Tombini deixou dúvidas VEICULAÇÃO NACIONAL	9
ESTADAO.COM Pesquisador propõe 'CPMF' para bancar economia verde VEICULAÇÃO NACIONAL	11
ESTADAO.COM Arrecadação faz setor público ter maior superávit desde 2001 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
BRASIL ECONÔMICO-SP Indústria e sindicalistas criticam guerra fiscal VEICULAÇÃO NACIONAL	13
BRASIL ECONÔMICO-SP Tecnologia é o maior ganho para o país VEICULAÇÃO NACIONAL	14
PORTAL A CRÍTICA Empresas do PIM faturaram US\$ 41 bilhões em 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
PORTAL A CRÍTICA Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas diz que ZFM tem espaço limitado VEICULAÇÃO NACIONAL	16
CORREA NETO Ministro fala em mais investimentos para a Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	17
CORREA NETO O melhor ano da história do Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	18
AUTOMOTIVE BUSINESS PIM tem faturamento recorde em 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	19

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Especialistas defendem gestão privada em portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fernanda Pires

Depois dos aeroportos, agora é a vez dos portos abrirem a administração para o capital privado, avaliam especialistas. Hoje, a atuação da iniciativa privada nos 34 portos públicos marítimos limita-se à movimentação das cargas por meio do arrendamento de terminais. Já a administração do porto (todo complexo aquaviário onde os terminais estão localizados) fica sob a tutela das companhias docas, empresas vinculadas à União.

Essas companhias são as responsáveis por ofertar a infraestrutura, como os acessos e os berços de atracação para os navios. As autoridades portuárias, porém, dependem em grande medida do orçamento da União para realizar investimentos e padecem de falta de autonomia administrativa.

A saída, diz o economista Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp, é incluir a iniciativa privada na governança portuária para aumentar a eficiência do setor. Segundo ele, existe um cardápio de possibilidades, entre as quais a criação de uma sociedade de propósitos específicos (SPE), a abertura de capital das companhias docas, ou a concessão pura - como no caso dos aeroportos e rodovias.

A Lei dos Portos, de 1993, já prevê a concessão de portos à iniciativa privada, mas desde então apenas um complexo passou para as mãos privadas: Imbituba, Santa Catarina. Conforme o Valor antecipou no ano passado, a Secretaria de Portos (SEP) prepara o edital de licitação de quatro novos portos (**Manaus**, no **Amazonas**; Porto Sul, na Bahia; Águas Profundas, no Espírito Santo; e Vila do Conde,

no Pará). Atualmente o governo estuda justamente o modelo de exploração privada desses complexos.

A avaliação é que existe um ambiente oportuno para incluir a iniciativa privada na administração. Em tese, o modelo usado nos aeroportos poderia ser replicado nos portos. O projeto de **Manaus**, até onde sabemos, não teria participação de companhia docas, afirma a advogada Rosane Lohbauer, do escritório MHM Madrona Hong Mazzuco Brandão Sociedade de Advogados, especializado em infraestrutura. Procurada, a SEP não retornou o pedido de entrevista.

Depois dos aeroportos, os portos são a grande fronteira. Mas mais **importante** do que a modalidade é entender que cada porto é um caso. Isso é urgente porque existe uma grande fragilidade do setor, diz Oliveira, que falou ontem sobre o modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para os portos no seminário Portos + 120.

Nos últimos 20 anos, a corrente brasileira de **comércio** exterior aumentou 637%, encerrando 2010 em US\$ 400 bilhões. E os portos respondem por 95% da movimentação brasileira. Apesar da relevância, o segmento vem recebendo investimentos em ritmo menor que outros setores de infraestrutura.

De acordo com o advogado Fernando Marcato, sócio da consultoria GO Associados, os portos receberão R\$ 14 bilhões entre aportes públicos e investimentos privados entre 2010 e 2013. Um aumento de 203% sobre o intervalo 2005-2008, mas muito abaixo dos valores do setor ferroviário (que irá para R\$ 29 bilhões) e de transporte rodoviário (para R\$ 33 bilhões)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Emergentes querem o comando da OMC		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governança global Candidatos á sucessão do francês paascal Lamy ser conhecidos até dezembro

Assis Moreira

Com o Fundo Monetário Internacional (FMI) dirigido por uma europeia e os americanos insistindo em manter o controle do Banco Mundial (Bird), os emergentes já se preparam para brigar pela direção da Organização Mundial do Comercio (OMC) e equilibrar o comando da governança global.

As manobras para escolha do novo presidente do Bird, em agosto, vão acelerar em Genebra também as articulações para a seleção do futuro diretor da OMC e há a expectativa de que o Brasil possa apresentar um candidato.

Após a saída de Robert Zoellick do Bird, emergentes como Brasil e China insistem que é hora de o monopólio americano no banco ser quebrado desta vez, mas até agora não lançaram candidatos.

Mas os EUA já deixarem claro que não abrirão mão do controle do banco, até para mostrar, num ano eleitoral, que não perderam influência na governança global. O secretário do Tesouro, Tim Geithner, disse que os EUA proporão um candidato nas próximas semanas.

É inconcebível que os europeus e americanos também conseguirão a direção da OMC, depois de manterem o controle do FMI e do Banco Mundial", diz o professor de comércio internacional Simon Evenett, da Universidade de Saint Gallen, na Suíça. A próxima será a vez de um representante emergente, e isso poderá até facilitar a conclusão de acordos na OMC.

Já para Amrita Narkilar, professora da Universidade de Cambridge com estudos sobre os Brics, os sistemas de seleção de direção no FMI e Banco Mundial estão completamente errados, e dois erros não resultam numa terceira decisão correta". Ou seja, não é replicando a mesma prática na OMC que a governança será equilibrada. Mas os negociadores dos Brics são inteligentes e, formando uma sólida aliança e não aparecendo divididos, como na última vez, poderão legitimamente obter o cargo.

As primeiras discussões informais sobre o futuro substituto do francês Pascal Lamy como xerife do comércio

mundial começaram em Davos, à margem do Fórum Mundial de Economia. Os candidatos serão conhecidos até dezembro, e a eleição ocorrerá em abril de 2013. Até agora, só as Américas e a África ainda não dirigiram o órgão multilateral de comércio.

A disputa já começou a causar confronto entre os países-membros. A Índia, de olho na sucessão de Lamy, bloqueou a escolha de um representante de Cingapura para presidir este ano o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). É que o escolhido para esse cargo será o presidente do Conselho Geral, entidade máxima da OMC, no ano que vem, e estará no centro da seleção do futuro diretor-geral, junto com dois outros representantes de países desenvolvidos.

Só que, para a Índia, Cingapura não é um país em desenvolvimento e, assim, a escolha do futuro diretor estaria controlada totalmente pelos desenvolvidos. Depois de muita confusão, os indianos aceitaram um representante do Paquistão no comando do OSC.

Na OMC, não há eleição. Um comitê de três membros faz consultas com os países para aferir o consenso em torno dos candidatos e sugere ao final um nome. Já aconteceu no passado de os países recusarem a indicação e, na disputa, o mandato acabou dividido entre o tailandês Supachai Panitchpakdi e o neozelandês Mike Moore.

A decisão sobre o comando da OMC acabará sendo do G-5 - EUA, União Europeia, China, Índia e Brasil. É difícil que americanos e europeus aceitem um chinês à frente do comércio mundial, já que Pequim é alvo de boa parte dos conflitos na OMC, e também por conta da competitividade chinesa. Já a Índia tenta recriar na OMC o G-77, de países em desenvolvimento, numa posição mais radical que dificulta o entendimento com os desenvolvidos. E não há nenhum nome significativo da África.

Resta o Brasil. Em Davos, várias delegações queriam saber quando o país lançaria a candidatura de seu embaixador junto à OMC, Roberto Azevedo. Ele tem ótima reputação na OMC e é visto como capaz de estimular as partes para alcançar consensos e como um honest broker (mediador neutro).

Mas certos negociadores notam que o **Brasil** conquistou recentemente a direção da Agência da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO). Ao mesmo tempo, o país aprofunda uma política de proteção comercial, cada vez mais criticada pelos parceiros.

Para Evenett, porém, o maior problema é que a América Latina sempre aparece dividida. Ele lembra que o **Brasil** lançou uma candidatura para se opor ao representante do Uruguai, visto como excessivamente pró-países desenvolvidos na eleição vencida por Lamy.

Enquanto isso, o ministro de **Comércio** da Nova Zelândia, Tim Groser, já vem tentando aparecer como candidato de consenso entre ricos e emergentes.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Especialistas defendem gestão privada em portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Fernanda Pires | Para o Valor, de Santos

Depois dos aeroportos, agora é a vez dos portos abrirem a administração para o capital privado, avaliam especialistas. Hoje, a atuação da iniciativa privada nos 34 portos públicos marítimos limita-se à movimentação das cargas por meio do arrendamento de terminais. Já a administração do porto (todo complexo aquaviário onde os terminais estão localizados) fica sob a tutela das companhias docas, empresas vinculadas à União.

Essas companhias são as responsáveis por ofertar a infraestrutura, como os acessos e os berços de atracação para os navios. As autoridades portuárias, porém, dependem em grande medida do orçamento da União para realizar investimentos e padecem de falta de autonomia administrativa.

A saída, diz o economista Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp, é incluir a iniciativa privada na governança portuária para aumentar a eficiência do setor. Segundo ele, existe um cardápio de possibilidades, entre as quais a criação de uma sociedade de propósitos específicos (SPE), a abertura de capital das companhias docas, ou a concessão pura - como no caso dos aeroportos e rodovias.

A Lei dos Portos, de 1993, já prevê a concessão de portos à iniciativa privada, mas desde então apenas um complexo passou para as mãos privadas: Imbituba, Santa Catarina. Conforme o Valor antecipou no ano passado, a Secretaria de Portos (SEP) prepara o edital de licitação de quatro novos portos (**Manaus**, no **Amazonas**; Porto Sul, na Bahia; Águas Profundas, no Espírito Santo; e Vila do Conde, no Pará). Atualmente o governo estuda justamente o modelo de exploração privada desses complexos.

A avaliação é que existe um ambiente oportuno para incluir a iniciativa privada na administração. "Em tese, o modelo usado nos aeroportos poderia ser replicado nos portos. O projeto de **Manaus**, até onde sabemos, não teria participação de companhia docas", afirma a advogada Rosane Lohbauer, do escritório MHM Madrona Hong Mazzuco Brandão Sociedade de Advogados, especializado em infraestrutura. Procurada, a SEP não retornou o pedido de entrevista.

"Depois dos aeroportos, os portos são a grande fronteira. Mas mais **importante** do que a modalidade é entender que cada porto é um caso. Isso é urgente porque existe uma grande fragilidade do setor", diz Oliveira, que falou ontem sobre o modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para os portos no seminário Portos + 120.

Nos últimos 20 anos, a corrente brasileira de **comércio** exterior aumentou 637%, encerrando 2010 em US\$ 400 bilhões. E os portos respondem por 95% da movimentação brasileira. Apesar da relevância, o segmento vem recebendo investimentos em ritmo menor que outros setores de infraestrutura.

De acordo com o advogado Fernando Marcato, sócio da consultoria GO Associados, os portos receberão R\$ 14 bilhões entre aportes públicos e investimentos privados entre 2010 e 2013. Um aumento de 203% sobre o intervalo 2005-2008, mas muito abaixo dos valores do setor ferroviário (que irá para R\$ 29 bilhões) e de transporte rodoviário (para R\$ 33 bilhões)

	VEÍCULO JORNAL DO SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Zona Franca de Manaus completa 45 anos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Senadores da bancada do Amazonas falaram, no Plenário, sobre os 45 anos da Zona Franca de Manaus, completados ontem

Da Redação

— A **Zona Franca** é um modelo de **desenvolvimento regional** de relevância estratégica para a economia do Brasil. Além dos ganhos econômicos e sociais, o polo contribui para a preservação do meio ambiente e para conter o desmatamento da **Amazônia** — assinalou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A **Zona Franca** de **Manaus** teve em 2011, segundo a senadora, faturamento superior ao produto interno bruto (**PIB**) de países como Panamá, Bolívia e Paraguai.

Na visão de Alfredo Nascimento (PR-AM), trata-se de uma das instituições mais **importantes** do **Governo Federal**, por ser um modelo economicamente sustentável.

— É a conciliação entre a visão ousada de um país e o respeito ao meio ambiente. A **Zona Franca** é o principal vetor de **desenvolvimento** para a região e para o **Amazonas** — afirmou.

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que os resultados econômicos da região comprovam o sucesso do projeto.

De janeiro a novembro de 2011 o polo industrial teve faturamento de US\$ 38,19 bilhões — um acréscimo de 18% em relação ao mesmo período de 2010.

— O polo industrial de **Manaus** é, sem dúvida, o modelo de sustentabilidade mais bem-sucedido do governo brasileiro. Não é à toa que, além de gerarmos tanto **desenvolvimento** econômico e social, estamos preservando com êxito a mais **importante** biodiversidade do planeta — afirmou o parlamentar.

De acordo com Braga, a **Zona Franca** gera 125 mil empregos diretos e outros 475 mil empregos indiretos.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Senado aprova compensação a estados e municípios por <u>exportações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os senadores aprovaram nesta terça-feira (28), o **Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2012, proveniente da Medida Provisória (MP) 546/11, que regulamenta o repasse de R\$ 1,95 bilhão a estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomento de exportações.**

O relator revisor da matéria no Senado, Clésio Andrade (PR-MG), explicou que o repasse da União aos entes federados tem sido realizado desde 2004, como forma de compensar a isenção tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Parte dessa compensação está definida pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/86), e outra parcela vem sendo definida anualmente.

Durante a discussão da matéria, os senadores José Agripino (DEM-RN), Alvaro Dias (PSDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA) e Aécio Neves (PSDB-MG) manifestaram apoio à aprovação.

Alvaro Dias considerou, no entanto, os repasses tratados na MP insuficientes para atender as diversas necessidades dos estados brasileiros. Em sua avaliação o pacto federativo precisa ser urgentemente rediscutido no país, de modo a reabilitar a capacidade de investir dos estados. No mesmo sentido, Mário Couto considerou injusto o montante de recursos repassados pela União ao Pará.

- O **Governo Federal** com relação à Lei Kandir faz o que quer. Todo mundo sabe que os repasses aos estados não são os realmente devidos. A nação teria alguns milhões de dívida com o Pará se a Lei Kandir fosse realmente cumprida - disse Mário Couto.

Microempreendedores

Além da transferência de recursos, a MP também trata de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**) em operações de financiamento destinadas a microempreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios brasileiros atingidos por desastres naturais. A proposta eleva de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão o limite definido para esse tipo de financiamento concedido pelo banco estatal.

A MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados no início deste mês e sofreu apenas uma alteração, com relação ao texto original enviado ao Congresso pelo Executivo. Na Câmara, os deputados aprovaram emenda que determinou a divulgação dos contratos de financiamento beneficiados com a subvenção econômica concedida pelo **BNDES**.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Sarney garante prioridade para previdência complementar dos servidores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afirmou nesta quarta-feira (29) que o Projeto de Lei 1.992/07, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), terá prioridade na Casa. A Câmara dos Deputados aprovou o texto final à noite e agora a matéria passará pela análise dos senadores.

- Essa é uma das matérias importantes que nós temos que votar. Terei que consultar as lideranças, mas meu ponto de vista pessoal é de que devemos votar o mais rápido possível - disse Sarney.

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira a votação de destaques. O texto-base, aprovado na terça, estabelece a criação de três fundos de previdência complementar - um para os servidores do Poder Executivo, outro do Legislativo e um terceiro para os servidores do Poder Judiciário.

Reforma política

Na mesma entrevista, Sarney também assegurou que as propostas de reforma política prontas para votação em Plenário serão examinadas pelos senadores no próximo dia 21.

- Nós vamos votar no dia 21 de março. Evidentemente, a aprovação ou não vai depender do Plenário. Algumas medidas são polêmicas, outras são consensuais. O importante é que tenhamos a pauta de projetos da reforma política totalmente resolvida - afirmou.

Estão prontos para votação o projeto (PLS 268/2011) que estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; a PEC 38/2011, que muda a data da posse de presidente da República e a PEC 42/2011, que determina que qualquer alteração no sistema eleitoral dependerá de aprovação em referendo popular.

Rodrigo Baptista / Agência Senado

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Jucá anuncia realização de audiências públicas para debater <u>ICMS</u> sobre <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou nesta quarta-feira (29) que o Senado fará duas audiências públicas para discutir o projeto de resolução de sua autoria que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados (PRS 72/2010). As audiências serão realizadas nos dias 20 e 22 de março, em conjunto, pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo da matéria é combater a guerra fiscal causada pelos incentivos concedidos por alguns estados para atrair empresas. A versão atual do projeto estabelece a redução gradativa das alíquotas do ICMS para 2% até 2015, mas o governo já sinalizou que pretende fixar a alíquota do ICMS em 4%, sem período de transição, já em 2012.

- Não podemos mais conceder incentivos fiscais a produtos importados. Nós estamos gerando empregos no exterior e deixando de gerar empregos aqui no Brasil. Temos que construir uma alternativa que valorize o produto brasileiro perante o mercado nacional - disse Jucá.

Segundo o senador, um dos objetivos da audiência é buscar alternativas que atendam também aos estados do Espírito Santo e de Santa Catarina. As duas unidades da federação preveem prejuízos com as novas regras, já que as importações e exportações realizadas nos seus portos respondem por boa parte da arrecadação estadual.

Atualmente, a matéria tramita na CCJ, onde tem como relator o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Em seguida, será apreciada pela CAE.

Da Redação / Agência Senado

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Tombini deixou dúvidas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

A economia brasileira chegará ao fim de 2012 com um crescimento maior que o do ano passado e uma inflação bem menor, segundo o presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini. Pode não ser o melhor dos mundos, mas é certamente invejável o cenário por ele descrito, na terça-feira, em depoimento perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Seu otimismo em relação ao Brasil pode ser justificável em vários pontos. Depois de sua exposição, no entanto, sobraram dúvidas sobre várias questões importantes, a começar pela política de combate à inflação.

"Perseguimos os 4,5%, vamos continuar progredindo e vamos convergir para o centro da meta. Esse é o nosso trabalho para os próximos meses", disse Tombini. Mas não ficou bastante claro se ele pretende alcançar esse objetivo neste ano ou se a tarefa deverá ser completada em 2013. Num gráfico de inflação apresentado durante o depoimento, uma curva representa a "convergência" para a meta em 2012.

Essa curva é a mesma do cenário de referência divulgado em dezembro pelo BC. A curva termina pouco acima do centro da meta, em 4,7%. A diferença é pequena, mas o próprio cenário de referência indica uma nova redução na primeira metade de 2013 e um repique para cima da meta no segundo semestre.

Segundo Tombini, tem sido possível combinar corte de juros e inflação em queda porque a economia brasileira tem crescido abaixo de seu potencial desde o terceiro trimestre do ano passado. Com essa explicação, ele tenta contornar a questão levantada por analistas do mercado financeiro e de consultorias: se o BC está disposto a aceitar uma inflação pouco acima da meta para garantir um pouco mais de crescimento econômico. Mas a dúvida permanece.

Além do mais, o otimismo de Tombini parece muito discutível em relação a dois pontos. Para justificar o corte de juros iniciado no fim de agosto, dirigentes do BC têm usado três argumentos principais: a economia brasileira perdeu impulso, a inflação será menos pressionada pelos preços internacionais das matérias-primas e o governo executará uma política orçamentária austera. O primeiro argumento é convincente. O segundo poderá revelar-se verdadeiro, mas isso dependerá, em boa parte, do arrefecimento da demanda chinesa, da estagnação da economia europeia e, naturalmente, da produção agrícola efetiva de vários países importantes. A terceira alegação é a mais duvidosa. O bom resultado das contas públicas em 2011 dependeu mais do aumento da receita que do controle de gastos. Apostar numa política de contenção em 2012, ano de eleições municipais e de despesas pressionadas pelas obras da Copa, é uma demonstração de coragem. A nova combinação de políticas, com a monetária mais frouxa e a fiscal mais apertada, é apenas uma promessa, mas o presidente do BC já a toma como um fato.

Igualmente exagerado é o otimismo em relação às contas externas. Os economistas do BC projetam para este ano um déficit de US\$ 65 bilhões na conta corrente do balanço de pagamentos, pouco acima de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Nas projeções do mercado o buraco chega a US\$ 70 bilhões. Mas o ponto mais importante não é essa diferença. Segundo Tombini, o comércio exterior brasileiro tem evoluído e os bons preços das commodities têm contribuído para isso. É esse o detalhe crucial. Se esses preços tivessem sido menos favoráveis nos últimos anos, o superávit comercial teria sido bem menor, talvez nulo, e o déficit na conta corrente teria sido bem maior.

A indústria tem perdido competitividade e o saldo comercial tem sido sustentado pela melhora da relação entre preços de exportação e de importação. Além

disso, as **importações** voltarão a ser pressionadas, se o crescimento, como anuncia o governo, continuar sendo puxado pelo **mercado** interno. Se os preços das commodities se estabilizarem ou diminuïrem, uma das justificativas para a redução de juros será confirmada.

Em contrapartida, o saldo externo será prejudicado. Os técnicos do BC deveriam dar maior atenção a esse ponto.   fácil financiar o déficit em conta corrente antes de aparecer algum sinal de alerta, mas só até a .

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Pesquisador propõe 'CPMF' para bancar economia verde		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

Para cumprir as expectativas da Rio+20 de se alcançar uma economia mais verde no mundo e erradicar a pobreza, que tal criar um novo imposto?

A proposta foi feita pelo pesquisador Edward Barbier, da Universidade de Wyoming, nos EUA, na Nature. A ideia é criar uma espécie de CPMF - a finada taxa que os brasileiros

pagavam sobre transações financeiras - encorpada, atingindo vários tipos de negociação.

Segundo ele, um imposto de 0,05% sobre a transação de moedas arrecadaria mais US\$ 400 bilhões por ano. Já 10% sobre a exportação de armas poderia render US\$ 5 bilhões e mais US\$ 10,8 bilhões se fosse aplicada sobre a venda de cigarros.

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Arrecadação faz setor público ter maior superávit desde 2001		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pagamento antecipado de impostos e bom desempenho de Estados e municípios influenciaram o resultado RICARDO LEOPOLDO - O Estado de S.Paulo

O bom nível de arrecadação em janeiro, motivado pelo pagamento antecipado feito por empresas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, colaborou de forma expressiva para que o setor público registrasse um superávit primário de R\$ 26,016 bilhões, o melhor resultado para este mês desde o começo de 2001, avaliou o economista da MCM Consultores, Marcos Fantinatti. Ele estimava um resultado de R\$ 24,5 bilhões.

Segundo Fantinatti, o efeito de antecipação de pagamentos de impostos também pode ter beneficiado a receita de Estados e municípios, especialmente por causa de tributos como IPVA e IPTU, o que contribuiu para o bom resultado de janeiro do setor público.

Para Fantinatti, o resultado bem mais alto do superávit primário de janeiro deste ano (R\$ 26,016 bilhões) em relação ao apurado no mesmo mês de 2011 (R\$ 16,084 bilhões) foi o principal responsável pelo setor público ter revertido o déficit nominal de R\$ 1,532 bilhão exibido no primeiro mês do ano passado para um superávit nominal de R\$ 6,355 bilhões.

"É cedo para dizer que a partir deste bom desempenho de janeiro o governo vai conseguir apresentar um superávit primário de R\$ 139,8 bilhões neste ano", comentou Fantinatti. Segundo ele, o governo tem diversos projetos de investimentos em 2012 a fim de fazer frente à agenda de obras de infraestrutura relativas à Copa do Mundo de 2014, Olimpíada de 2016 e empreendimentos do pré-sal.

Fantinatti estima que o superávit primário neste ano ficará em 2,6% do **PIB**. Na sua avaliação, contudo, três fatores podem colaborar para que o resultado suba e o governo cumpra a meta cheia, prometida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Um deles é um auxílio substancial das receitas extraordinárias, que, por definição, são difíceis de prever.

Outros dois elementos são uma redução dos investimentos programados e uma gestão muito eficiente dos gastos correntes do governo.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Indústria e sindicalistas criticam guerra fiscal		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresários e representantes sindicais criticaram ontem os incentivos que alguns estados brasileiros dão à importação de produtos

Empresários e representantes sindicais criticaram ontem os incentivos que alguns estados dão à importação de produtos. Tanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) quanto a Força Sindical e a Central Única dos trabalhadores (CUT) querem a eliminação dos incentivos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dados por alguns estados.

Essa questão está diretamente ligada à guerra fiscal e é dificultada ainda mais pela questão cambial. Estamos gerando empregos fora do país e desestimulando o empreendedorismo no Brasil, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Na opinião dos empresários, a guerra fiscal e os problemas cambiais vêm acompanhados ainda de práticas e competitividade desleais de comércio de outros países. O que estamos fazendo é uma coalizão entre capital e trabalho pelo fim da guerra fiscal nos portos. Estamos preocupados com a desindustrialização e a perda da competitividade do nosso país, explicou o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes.

E os trabalhadores corroboram nossa posição, acrescenta Lopes, referindo-se aos sindicalistas Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical, e ao presidente da CUT em São Paulo, Adi dos Santos Lima, que junto com os industriais participaram ontem de entrevista coletiva sobre o assunto.

Segundo Paulinho, a rapidez com que a desindustrialização está ocorrendo no Brasil surpreende.

O déficit de vários setores industriais está se ampliando e quebrando várias indústrias. Há setores que passaram de um superávit de US\$ 600 milhões para um déficit de US\$ 37 bilhões. O de autopeças, que tinha superávit em 2004,

apresentou agora déficit de US\$ 7 bilhões. O sindicalista critica o fato de o país contar com apenas 20 fiscais no Porto de Santos (SP).

Dentro do país, a fiscalização é muito mais rígida. Precisamos reestruturar isso imediatamente.

Caso contrário, setores muito importantes vão quebrar.

Além disso, temos de pressionar o governo a taxar o capital especulativo. Deputado federal pelo PDT paulista, Paulinho não acredita que dificultar a entrada de importados no país resulte em alta de preços ou inflação para os trabalhadores.

A inflação está controlada. Tivemos ano passado uma inflação de commodities (produtos primários com cotação internacional), mas o governo tem mecanismos para saber onde os preços estão subindo.

O que criticamos é a generalidade das importações. Adi Lima, por sua vez, destaca que o comércio, beneficiado pelas importações, tem sua relevância para a geração de empregos no país, mas considera que outros setores da economia acabam sendo prejudicados. Estamos registrando o mais baixo índice de desemprego dos últimos anos, mas não estamos pensando apenas em nosso umbigo, nem defendendo o fechamento do mercado brasileiro, ressaltou o presidente da CUT em São Paulo.

O que não podemos é aceitar essa política de importação da forma como está colocada. Estamos olhando para onde caminham as indústrias brasileiras e para os reflexos da desindustrialização para o país. Segundo Adi Lima, é preciso ainda convencer a sociedade de que o problema também a atinge. ABr

Na opinião dos empresários, a guerra fiscal e os problemas cambiais vêm acompanhados ainda de práticas e competitividade desleais de comércio de outros países

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Tecnologia é o maior ganho para o país		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fabiana Monte

Chegada da telefonia 4G não impacta na geração de empregos em grandes volumes

Na avaliação de Jonio Foigel, o desenvolvimento de tecnologia no país é o aspecto mais relevante da discussão trazida pelo leilão da quarta geração de telefonia celular. Até porque a fabricação de equipamentos não impacta na geração de empregos em grandes volumes.

"O mercado brasileiro de ERBs (estações rádiobases) é de cinco mil unidades ao ano e nós teremos uma parte dele", disse o executivo. "Mesmo que consigamos exportar parte da

produção, os números são muito pequenos, da ordem de 200 unidades por mês", justifica.

Escala O que pode dar escala à produção, acredita o executivo, é se a Alcatel-Lucent optar por produzir no país as chamadas metrocells.

Trata-se de um novo tipo de estação radiobase da empresa que é pequena e pode ser instalada em postes e prédios, por exemplo.

A ideia é justamente trazer parte do desenvolvimento da tecnologia de metrocells para o Brasil.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Empresas do <u>PIM</u> faturaram US\$ 41 bilhões em 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na geração de empregos, outro recorde foi apurado: a média mensal de mão de obra chegou a 119.445 vagas, acima da média pré-crise de 2008, quando 106.914 vagas foram mantidas no PIM

Manaus, 29 de Fevereiro de 2012

A produção industrial amazonense, ao avançar 6,8% no quarto trimestre de 2011, mostrou ligeira redução de crescimento frente ao índice do terceiro trimestre do ano (8,4%), (Clóvis Miranda)

As empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) faturaram, no ano passado, US\$ 41 bilhões. O resultado superou em US\$ 1 bilhão a meta estabelecida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para 2011 e representa o melhor desempenho já registrado desde que a autarquia começou a divulgar os indicadores do Polo. Em Real, o faturamento apresentou um crescimento de 11,24% (R\$ 68,7 bilhões em 2011 contra R\$ 61,8 bilhões em 2010), três vezes maior que as estimativas mais otimistas do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Na geração de empregos, outro recorde foi apurado: a média mensal de mão de obra chegou a 119.445 vagas, acima da média pré-crise de 2008, quando 106.914 vagas foram mantidas no PIM. O polo Eletroeletrônico aparece em destaque: fechou o ano com 50.028 empregos diretos, seguido pelos polos de Duas Rodas (21.120) e de Termoplásticos (11.627). “Começamos o ano com 110.437 empregos e encerramos com 120.566, um número nunca alcançado no PIM.”

O mais importante, porém, é observar que, durante o ano, 61.413 pessoas foram contratadas e 44.861 foram demitidas, ou seja, surgiram mais de 16 mil novas oportunidades de emprego”, destacou o Superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira. “Em 2006 tivemos um saldo positivo de pouco mais de 1,5 mil empregos. Em 2007, um ano

antes dos efeitos da crise econômica mundial começarem a ser sentidos por aqui, o saldo foi de sete mil vagas. Com a crise, tivemos um saldo negativo em 2009, com 5,8 mil vagas a menos.

Os números do ano passado são históricos e teremos um grande trabalho pela frente para manter o saldo no patamar de 16 mil”, completou.

Produtos

As motocicletas, motonetas e ciclomotors foram o destaque nos indicadores quanto à produção, venda e faturamento dos produtos do Polo Industrial de Manaus. Com mais de 1,8 milhão de unidades produzidas, o subsetor de Duas Rodas faturou US\$ 6,9 bilhões. Outro destaque foram os televisores com tela LCD/LED e telefones celulares que faturaram, respectivamente, US\$ 6,7 bilhões e US\$ 2 bilhões.

Os celulares também figuraram entre os produtos mais exportados, com 2,8 milhões de unidades vendidas para o mercado externo. No item exportação, o destaque são os cartuchos com lâminas de barbear. O PIM exportou quase 200 milhões de unidades do produto em 2011.

Dezembro

Historicamente os meses de setembro, outubro e novembro são os de melhor desempenho no PIM, com natural “esfriamento” da produção a partir de dezembro. No ano passado, porém, alguns produtos tiveram uma produção maior no último mês do ano do que em novembro. Foi o caso dos receptores de sinal de televisão, dos rádios e aparelhos de reprodução portátil, dos condicionadores de ar de janela, das lâminas de barbear e dos aparelhos telefônicos (incluindo porteiros eletrônicos). Este último item saiu de uma produção mensal de 116,7 mil unidades em novembro para 185,9 mil no final de 2011.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Conselho de <u>Desenvolvimento</u> do Estado do <u>Amazonas</u> diz que <u>ZFM</u> tem espaço limitado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A falta de terrenos para a implantação de novas indústrias voltou a ser discutida pelos executivos, agora na reunião do Codam

01 de Março de 2012

Cinthia Guimarães

226 projetos aprovados no ano passado pelo Codam, que somam 16,9 mil empregos nos próximos 3 anos (Divulgação)

Na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), realizada ontem na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) com aprovação de 24 projetos industriais com investimentos estimados em R\$ 975 milhões e 1.124 empregos, foi suscitado o problema da falta de terrenos da União para a instalação de novas empresas no Polo Industrial de Manaus (PIM). A reclamação é antiga. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) informou que atualmente há 114 pedidos de áreas, porém, espaços para a implantação de grandes indústrias é o mais complicado.

Segundo o Superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, o Distrito Industrial I, na Zona Sul, não possui mais espaço. Já o Distrito II, na Zona Leste, há terrenos cuja topografia acidentada oferece difícil acesso. “Enfrentamos dificuldades nesse ponto. Estamos estudando alternativas e afirmo que essa será uma das prioridades da nossa gestão”. O economista e consultor da Profinco há 32 anos, Hélio Pereira, tocou na questão e disse que a falta de espaço físico está inibindo a implantação de novos investimentos no PIM. Prova disso, “é que uma empresa do segmento metalúrgico

que irá fazer fortes investimentos no PIM”, segundo ele, precisa de um terreno de 50 mil metros quadrados, onde irá construir um prédio de 5 mil metros quadrados, mas não conseguiu nenhum local desse porte. “São vários casos. A MCT Tubos paga de aluguel R\$ 35 mil por mês, num prédio de 1,8 mil metros quadrados porque não tem espaço fixo. Cobrar R\$ 19 a R\$ 24 o metro quadrado para o aluguel de indústrias são preços proibitivos. Tem terrenos, mas eles que são um buraco”, disse ele sobre os terrenos em regiões de depressões localizados no distrito II. “Em outras regiões do País a própria prefeitura fornece o terreno para que o investimento seja colocado. Apesar de termos uma gama de incentivos, isto está dificultando a captação de novas indústrias e até a expansão de indústrias instaladas”, completou Hélio Pereira.

Alternativa

A alternativa, de acordo com o Thomaz, é utilizar a área da região metropolitana de Manaus, que só poderá ser explorada após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Federal, ou investir para a melhoria dos terrenos. “Quando foi delimitada a área do distrito na década de 70 não tinha sido feito nenhum levantamento. No distrito 2 a topografia é muito irregular, então se torna muito dispendioso para as empresas utilizarem”. A União, através da Suframa, é quem cede terreno para que uma unidade fabril entre em operação no Distrito Industrial, que ganham ainda pacote de incentivos fiscais.

	VEÍCULO CORREA NETO		EDITORIA
	TÍTULO Ministro fala em mais investimentos para a <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Durante a 255ª reunião do Conselho de Administração da **SUFRAMA** (CAS), o ministro interino do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Alessandro Teixeira, apontou a necessidade de ampliar os investimentos em infraestrutura na **Zona Franca**, com o uso de recursos da Taxa Administrativa cobrada das empresas do Polo Industrial de **Manaus**. “Temos que recuperar as taxas que a **Suframa** arrecada e envia para o **Governo Federal**”, explicou Teixeira. “O que a **Suframa** arrecada ainda é muito maior do que o que ela recebe, então nós temos que buscar uma forma de compensar isso”, completou.

Uma das formas discutidas em reunião com o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, e com o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, seria ampliar os investimentos federais em infraestrutura na região. “Sabemos que a questão de infraestrutura é central para o polo como um todo, melhorar as estradas, poder dar mais qualidade na energia, cabeamento para a Internet e, este ano, com certeza, a gente vai ter soluções **importantes** para a região”, completou.

CBA na pauta

Entre as possibilidades de investimento, o ministro destacou a importância do **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**. “Tenho certeza que já no primeiro semestre vamos ter uma solução que vai colocar o **CBA** em uma marcha forçada para estar funcionando e (...) liderar a questão da biotecnologia no **Brasil** a partir da **Amazônia**”, disse o ministro.

Para o governador Omar Aziz, o **CBA** é uma das possibilidades já discutidas para o uso dos recursos federais. “Alternativa para que a gente possa tirar proveito da floresta e manter a floresta em pé está no conhecimento desta floresta e mais do que natural que a gente invista no **Centro de Biotecnologia da Amazônia**, que é o **CBA**”, disse Aziz.

Tal investimento é parte de uma ampla discussão em torno de uma alternativa sustentável para o futuro da região. Dentre os polos industriais que devem ser incrementados na **ZFM**, segundo o representante do **Mdic**, estão o farmacêutico e de cosméticos, que passam pela questão do **CBA**. “É preciso ter um olhar crítico e construir algo sustentável que dê à economia da região uma real alternativa de **desenvolvimento**”, resumiu o **Superintendente** Thomaz Nogueira.

Fábio Alencar

	VEÍCULO CORREA NETO		EDITORIA
	TÍTULO O melhor ano da história do Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) faturaram, no ano passado, US\$ 41 bilhões. O resultado superou em US\$ 1 bilhão a meta estabelecida pela SUFRAMA para 2011 e representa o melhor desempenho já registrado desde que a autarquia começou a divulgar os indicadores do Polo. Em Real, o faturamento apresentou um crescimento de 11,24% (R\$ 68,7 bilhões em 2011 contra R\$ 61,8 bilhões em 2010), três vezes maior que as estimativas mais otimistas do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Na geração de empregos, outro recorde foi apurado: a média mensal de mão de obra chegou a 119.445 vagas, acima da média pré-crise de 2008, quando 106.914 vagas foram mantidas no PIM. O polo Eletroeletrônico aparece em destaque: fechou o ano com 50.028 empregos diretos, seguido pelos polos de Duas Rodas (21.120) e de Termoplásticos (11.627). “Começamos o ano com 110.437 empregos e encerramos com 120.566, um número nunca alcançado no PIM. O mais importante, porém, é observar que, durante o ano, 61.413 pessoas foram contratadas e 44.861 foram demitidas, ou seja, surgiram mais de 16 mil novas oportunidades de emprego”, destacou o Superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira. “Em 2006 tivemos um saldo positivo de pouco mais de 1,5 mil empregos. Em 2007, um ano antes dos efeitos da crise econômica mundial começarem a ser sentidos por aqui, o saldo foi de sete mil vagas. Com a crise, tivemos um saldo negativo em 2009, com 5,8 mil vagas a menos. Os números do ano passado são históricos e teremos um grande trabalho pela frente para manter o saldo no patamar de 16 mil”, completou.

Produtos

As motocicletas, motonetas e ciclomotos foram o destaque nos indicadores quanto à produção, venda e faturamento dos produtos do Polo Industrial de Manaus. Com mais de 1,8 milhão de unidades produzidas, o subsetor de Duas Rodas faturou US\$ 6,9 bilhões. Outro destaque foram os televisores com tela LCD/LED e telefones celulares que faturaram, respectivamente, US\$ 6,7 bilhões e US\$ 2 bilhões. Os celulares também figuraram entre os produtos mais exportados, com 2,8 milhões de unidades vendidas para o mercado externo. No item exportação, o destaque são os cartuchos com lâminas de barbear. O PIM exportou quase 200 milhões de unidades do produto em 2011.

Dezembro

Historicamente os meses de setembro, outubro e novembro são os de melhor desempenho no PIM, com natural “esfriamento” da produção a partir de dezembro. No ano passado, porém, alguns produtos tiveram uma produção maior no último mês do ano do que em novembro. Foi o caso dos receptores de sinal de televisão, dos rádios e aparelhos de reprodução portátil, dos condicionadores de ar de janela, das lâminas de barbear e dos aparelhos telefônicos (incluindo porteiros eletrônicos). Este último item saiu de uma produção mensal de 116,7 mil unidades em novembro para 185,9 mil no final de 2011.

Fábio Alencar

	VEÍCULO AUTOMOTIVE BUSINESS		EDITORIA
	TÍTULO PIM tem faturamento recorde em 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Setor de duas rodas impulsionam resultado

Redação AB

As empresas instaladas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** (foto) faturaram US\$ 41 bilhões no ano passado, resultado que superou em US\$ 1 bilhão a meta estabelecida para 2011 pela **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, autarquia vinculada ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, e que representou o melhor desempenho já registrado desde o início da divulgação dos indicadores do Polo. Em moeda nacional, o faturamento cresceu 11,24%, para R\$ 68,7 bilhões em 2011.

Por produto, as motocicletas, motonetas e ciclomotos foram o destaque nos indicadores quanto à **produção**, venda e faturamento entre os produtos fabricados no **PIM**. O setor produziu pouco mais de 1,8 milhão de unidades e encerrou o ano com faturamento de US\$ 6,9 bilhões. Televisores e aparelhos celulares faturaram US\$ 6,7 bilhões e US\$ 2 bilhões, respectivamente.

Outro recorde foi registrado na geração de empregos na região: a média mensal de mão de obra chegou a 119,4 mil vagas, superando a média registrada no período pré-crise de 2008, quando 106,9 mil vagas foram mantidas no **PIM**. O segmento eletroeletrônico encerrou o ano como líder na geração de empregos com pouco mais de 50 mil vagas diretas, seguido pelo polo de duas rodas, com 21,1 mil novos empregos gerados em 2011.

"Começamos o ano com 110,4 mil empregos e encerramos com 120,5 mil, um número nunca alcançado no **PIM**. O mais **importante**, porém, é observar que, durante o ano, 61,4 mil pessoas foram contratadas e 44,8 mil foram demitidas, ou seja, surgiram mais de 16 mil novas oportunidades de emprego", destacou o **Superintendente da SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, em comunicado.